ISSN: 2358-8829

RESISTÊNCIA E CONQUISTA: O MOVIMENTO NEGRO E A LUTA PELA IGUALDADE SOCIAL FRENTE AO RACISMO INSTITUCIONAL NO BRASIL

José Benildo Miranda da Silva [1]
Regina Maria de Oliveira Brasileiro [2]

INTRODUÇÃO

O racismo surge como uma problemática relevante em nosso país, pois percebemos que ele se encontra fortemente arraigado na sociedade brasileira. Por esse viés, a sua permanência acentuada no meio social indica que existe uma supremacia branca que detém o poder e exerce com maestria vários aspectos da vida social e sustenta uma estrutura de poder que resulta numa opressão esmagadora em relação às pessoas negras. Sendo assim, o racismo e sua consolidação na contemporaneidade requerem profundas reflexões, pois, desse modo, conseguimos entender quais os fatores que dão o suporte necessário para o fortalecimento e até mesmo o crescimento da discriminação e das injúrias raciais em diversos espaços sociais.

Nesse sentido, convém ressaltar que existem três concepções de racismo: o individualista, o institucional e o estrutural, onde pretendemos apresentar nesse trabalho, o racismo institucional que revela que a operação da instituição depende diretamente de uma estrutura social que fomenta e preserva as práticas racistas. Como resposta a esses abusos, surge o Movimento Negro, que se apresenta como uma importante manifestação histórica e sociopolítica que corrobora com a necessidade de enfrentamento ao racismo estrutural e pela busca de promoção da igualdade social.

Nesse contexto, a concepção do racismo institucional entende que o racismo não se limita “a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições”, ou seja, por essa ótica, as desvantagens, bem como os privilégios direcionados aos indivíduos se baseiam na condição da raça. Nesse contexto,

[1]Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Alagoas - IFAL, Graduação em Administração (UFAL), jbms2@aluno.ifal.edu.br;
[2]Doutora em Educação, professora permanente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Alagoas – IFAL, regina.brasileiro@ifal.edu.br;

as instituições exercem uma relação de poder que move as ações dos indivíduos, prevalecendo os interesses nesse sentido, das classes hegemônicas que impõem seus "interesses políticos e econômicos", (Almeida, 2019, p.31).

A concepção estrutural apresenta as instituições como reprodutoras das condições que estabelecem e mantém a ordem social. Nesse sentido, a "imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição é de alguma maneira vinculada à ordem social que ela visa resguardar". Dessa forma, a operação da instituição depende diretamente de uma estrutura social que fomenta e preserva as práticas racistas. Nesse âmbito, "torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas", através de práticas educativas antirracistas (Almeida, 2019, p. 33).

O IBGE aponta que as desigualdades sociais no Brasil são discrepantes em relação a questões de cor e raça. Desse modo, diversos indicadores que vêm sendo apresentados, como: educação, trabalho, distribuição de renda e condições de moradia, violência e representação política, mostram acentuadas discrepâncias existentes no contexto social brasileiro, revelando inúmeras desvantagens para a população negra em relação à branca, (IBGE, 2019, p.1).

Nesse sentido, inúmeros casos e cenas de preconceito e discriminação racial que têm ocorrido em diferentes setores sociais, inclusive no contexto educacional, onde o negro é discriminado, julgado e muitas vezes hostilizado, simplesmente pela cor da sua pele. Por esse viés, é preciso considerar que existe a necessidade da inserção de profundas reflexões sobre essa temática com o intuito de combater veementemente o racismo estrutural em nosso país.

Veja no gráfico abaixo o aumento crescente do racismo em nosso país:



Fonte: https://treediversidade.com.br

Dessa forma, o racismo no cenário brasileiro, está fortemente arraigado, devido principalmente a sua formação social. Nesse âmbito, é preciso considerar dentro desse conceito ideológico, várias formas de comportamento, "de hábitos, de maneiras de ser de agir inerentes não só ao branco (agente) como ao negro (paciente). No entanto, é a história do negro que precisa ser posta em evidência, tendo em vista "todo o produto ideológico de quatro séculos de inexistência dentro de uma sociedade da qual ele participou em todos os níveis" (Nascimento, 2021, p. 47,48).

Percebemos que alunos que sofrem preconceito racial são afetados negativamente em áreas importantes da sua vida, como o fator motivacional, sua participação e envolvimento no grupo social, aprendizagem e consequentemente o seu desempenho educacional que será prejudicado drasticamente, podendo ainda surgir casos de depressão e violência que podem comprometer a integridade física desse aluno, bem como de toda comunidade escolar.

Nesse sentido, Almeida (2019) aponta que:

> O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes e inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem. (Almeida, 2019, p. 25).

É nesse contexto, que entendemos que existe de fato uma supremacia branca que detém o poder, e exerce com maestria vários aspectos da vida social e sustenta uma estrutura de poder que resulta numa opressão esmagadora em relação as pessoas negras. Os privilégios percebidos historicamente das pessoas brancas e que são mantidos até os dias hodiernos em nosso país, fortalecem a classe hegemônica, onde "a dominação racial é exercida pelo poder, mas também pelo complexo cultural em que as desigualdades, a violência e a discriminação racial são absorvidas como componentes da vida social", (Almeida, 2019, p. 61).

Nesse sentido, Sylvia Nunes mostra que para lutar contra o racismo, é de fundamental importância o reconhecimento da sua existência. Devido ao longo período de duração do sistema escravista em nosso país, foram deixadas intensas marcas na

população brasileira. Como o processo da abolição ocorreu lentamente e a Ciência contribuiu na consolidação do preconceito contra a população negra (Nunes, 2006, p.90).

Para entendermos o racismo no contexto social brasileiro, é necessário o conhecimento profundo de um componente que é essencial nessa conjuntura, que é a sua formação histórica. O negro e às negras, por não fazer parte das "camadas mais altas da população, tem um acesso minoritário àqueles círculos considerados cultos, o que impede de participar de discussões consideradas esnobes", que significa debater ou analisar as questões referentes as perspectivas que envolve a pluralidade atrelada ao conjunto de ideologias da sua formação social. Essa exclusão, trouxeram inevitavelmente consequências drásticas "num todo social, do qual, por força do preconceito racial (dentro daquela ideologia), é posto à margem. O mesmo preconceito racial- é evidenciado na ausência de um pensamento livre do brasileiro com relação a ele mesmo" (Nascimento, 2021, p. 43,44).

Esta pesquisa tem como objetivo identificar as ações do Movimento Negro ao longo do tempo, bem como a evolução das ações afirmativas no contexto educacional. Fundamenta-se em Almeida (2019); Nunes (2006); Gomes (2019); Brasil (2010), entre outros. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que identificou como Dimensão de análise "Permanência dos Estudantes Negros no Campus Viçosa-AL, a partir das respostas dos questionários destinados aos discentes do Curso Técnico de Administração Integrado ao Ensino Médio.

Percebe-se que a maioria dos discentes da referida turma, ou seja, 70% (setenta por cento), se autodeclararam pardos e pretos, onde de acordo a nossa pesquisa, eles consideram a bolsa permanência, ofertada pelo Instituto aos estudantes de baixa renda, essencial para a estabilidade dos mesmos na Instituição. Isso remete a uma parcela da colheita dos frutos, resultado das lutas do Movimento Negro ao longo do tempo, em busca da igualdade social.

METODOLOGIA

A pesquisa foco do nosso estudo é de abordagem qualitativa, que identificou, a partir das respostas dos questionários destinados aos discentes da 2.ª série do Curso Técnico de Administração Integrado ao Ensino Médio no Ifal Campus Viçosa, a dimensão de análise "Permanência de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica".

ISSN: 2358-8829

A partir dessa dimensão, identificamos a seguinte categoria de análise: Política de permanência e êxito no Ifal Campus Viçosa.

Esse método de verificar determinada realidade, observando como as pessoas "consideram uma experiência, uma ideia ou um evento é característico de pesquisas qualitativas". Nesse sentido, é importante compreender detalhadamente todo contexto social do indivíduo, como as suas crenças, ações, valores, motivações que envolvem questões comportamentais dos indivíduos em "contextos sociais específicos" (Câmara, 2013, p.1790).

REFERENCIAL TEÓRICO

O Movimento Negro e a sua Luta Contínua pela Conquista de Direitos à População Negra

O Movimento Negro se apresenta como uma importante manifestação histórica e sociopolítica que surge da necessidade de enfrentamento ao racismo estrutural e pela busca de promoção da igualdade racial. Nesse sentido, se constitui um movimento de luta por reconhecimento, justiça e igualdade de direitos, marcada por fortes embates, principalmente no campo da produção cultural. Sabemos que a população negra tem enfrentado ao longo do tempo processos sistemáticos de exclusão e marginalização. Dessa forma, o Movimento Negro busca transformar as estruturas sociais marcadas pelo preconceito e pela discriminação racial. Ele é "entendido como sujeito político produtor e produto de experiências sociais diversas que ressignificam a questão étnico-racial em nossa história" (Gomes, 2019, p. 25).

Esses apontamentos são necessários para reverberar as consequências trágicas que o racismo e seus estigmas têm provocado a população negra durante séculos em nosso país. A desigualdade social existente em nosso território, aumenta o abismo entre a classe dominante, formada em sua maioria por pessoas brancas e a classe dominada, formada por pessoas negras. Dessa forma, direitos importantes foram suprimidos de forma velada e intencional à população negra.

Por esse viés, é preciso considerar que a desigualdade social favorece os planos da classe hegemônica em nosso país, visto que a estrutura social brasileira foi formada de maneira bastante desigual e tinha como premissa a exploração da sua mão de obra escrava. Esse lamentável fato carrega, até os dias hodiernos, uma herança negativa em seu sistema de ensino, pois vivemos em um país que escravizou a população negra durante alguns séculos, e mantém "a desigualdade como produto e condição do projeto dominante da sociedade brasileira" (Frigotto, 2007, p.1131).

Nessa perspectiva de lutas e embates promovido pelo Movimento Negro ao longo do tempo, no cenário brasileiro, vemos a conquista e garantias de direito que extrapola o campo da denúncia e segue o campo da "cobrança, intervenção no Estado e construção de políticas públicas de igualdade racial". Percebemos que nessa nova fase o Movimento Negro ganha certa notoriedade "pela sua atuação na esfera jurídica, política, social e econômica, via a cobrança de garantia de oportunidade iguais e do direito à educação".

ISSN: 2358-8829

Dessa forma o Movimento atinge positivamente o campo acadêmico, quando consegue implementar as políticas de ações afirmativas, como reparação da dívida histórica do país a população negra, através da questão das cotas raciais, ou seja, possibilitando o acesso e a garantia de permanência da população negra no sistema de ensino (Gomes, 2016, p. 45,46).

É oportuno registrar que o Movimento Negro logrou um importante lugar de vivências assertivas no cenário brasileiro. Ao observarmos a intensidade do racismo no contexto social atual, mesmo diante da luta travada contra ele ao longo do tempo, percebemos a relevância de políticas públicas que provocam a inserção da população negra em espaços que outrora eram quase que exclusividade da população branca. Temos ainda a questão da desigualdade social que favorece a permanência do racismo em elevadas taxas em nosso país. Por essa razão, as ações impetradas pelo Movimento Negro são imprescindíveis no combate contra o racismo.

A inserção das ações afirmativas no cenário educacional brasileiro surge essencialmente para combater os processos discriminatórios e seus terríveis efeitos na vida da população negra e indígena em nosso país. Como o Brasil surgiu a partir de uma conjuntura multicultural. Dessa forma, os negros que foram trazidos para o Brasil para alavancar a economia, através de sua mão de obra escrava, ausentes de direitos básicos e dignidade, foram assim marcados negativamente em vários aspectos de suas vidas, principalmente no âmbito educacional.

Nesse sentido, o entendimento criterioso das diferenças raciais, leva a percepção da necessidade da implantação de políticas públicas que alcancem os indivíduos que foram durante muito tempo oprimidos pelo sistema hegemônico que se favorece com a manutenção das desigualdades sociais em seus diversos sentidos. Sendo assim, veja o que explicita Piovesan (2008):

> As ações afirmativas devem ser compreendidas não somente pelo prisma retrospectivo- no sentido de aliviar a carga de um passado discriminatório-, mas também prospectivo- no sentido de fomentar a transformação social, criando uma nova realidade. [...] As ações afirmativas objetivam acelerar o processo de igualdade, com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos socialmente vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais, entre outros grupos, (Piovesan, 2006, p. 890).

Nessa perspectiva, o amparo legal que fundamenta as políticas de ações afirmativas como as Leis 10.639/03 e 11.645/08 que dão embasamento às leis das cotas, bem como a Lei que torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, respectivamente fomentam “a promoção da igualdade e participação de todos”, no contexto educacional, (Santos et al, 2022, p.15).

Apresentamos no quadro abaixo as diversas conquistas do Movimento Negro no cenário brasileiro:

Quadro 1. Conquistas do Movimento Negro ao longo do tempo

Lei 9.394/1996	A inclusão do artigo 5° que condenou o racismo como crime inafiançável na Constituição Federal de 1988 suscitou alterações nas legislações municipais e estaduais no campo da educação.
Ano 2000	Foi fundada a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN).
Ano 2003	Criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Social- (Seppir)
Lei 10.639/2003	Introduziu os artigos 26-A e 79-B na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), tornando obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas dos níveis Fundamental e Médio. No seu artigo 79-B acrescenta o dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra.
Decreto nº 4.887, de 20 de novembro 2003	Emissão de certidões às comunidades quilombolas e sua inscrição em um cadastro geral pela Fundação Palmares.
Lei 11.645/2008	A Lei 10.639/2003 foi alterada pela 11.645/2008, onde incorporou a temática indígena.
Lei 12.288/2010	Foi Instituído o Estatuto da Igualdade Racial.
26/04/2012	Aprovação do princípio constitucional da ação afirmativa pelo Supremo Tribunal Federal.
Lei 12.711/2012	Dispõe sobre cotas sociais e raciais para ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de Nível Médio.
Parecer CNE/CEB 16/12 e Resolução CNE/CEB 08/12	Aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola
Lei 12.990/2014	Essa Lei reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos Concursos públicos (CNN).

Fonte: Elaboração do autor da pesquisa, 2025.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o intuito de compreendermos a relevância da permanência e êxito dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica da turma da 2.ª série do curso de Administração integrado ao ensino médio do Ifal Campus Viçosa. Nesse sentido, apresentamos a

seguinte dimensão de análise: permanência de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. A partir dessa dimensão, identificamos a seguinte categoria de análise: Política de permanência e êxito no Ifal Campus Viçosa.

A nossa pesquisa revelou que de acordo a autodeclaração étnico-racial: 65% se declararam pardo(a), 30% branco(a) e 5% preto(a). Sendo assim, 70% da turma da 2ª série do curso de Administração integrado ao ensino médio do referido Campus é composta de estudantes pardos e pretos. Nesse sentido, entendemos que alguns desses estudantes são vindos da Rede pública de ensino e encontram-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

No contexto do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), especificamente no Campus Viçosa, a Política de Permanência e Êxito busca garantir que os estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tenham condições adequadas para permanecer e concluir seus cursos com sucesso. Essa política está diretamente ligada aos princípios de inclusão, equidade e justiça social, que são pilares da educação pública e gratuita ofertada pelos Institutos Federais.

O Programa Auxílio Permanência (PAUP): Se caracteriza pela transferência de recursos financeiros a estudantes para custear despesas com transporte, alimentação, moradia, creche, atendimento educacional especializado (AEE) ou outras necessidades socioeconômicas caracterizadas por uma situação de risco e/ou vulnerabilidade social.

O processo para concessão de bolsas no IFAL segue diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituída pelo Ministério da Educação por meio do Decreto nº 7.234/2010. No âmbito do IFAL, a aplicação dessa política é realizada por meio de editais publicados regularmente por cada campus, inclusive o de Viçosa.

Nesse sentido, o acesso à assistência estudantil tem se mostrado fundamental para que os estudantes do IFAL Campus Viçosa, especialmente oriundos de comunidades quilombolas, rurais e periféricas, consigam permanecer na instituição e desenvolver plenamente suas potencialidades acadêmicas. Como reforça a PNAES (Brasil, 2010), a assistência estudantil não deve ser vista como benefício ou favor, mas como direito dos estudantes, especialmente daqueles que enfrentam desigualdades estruturais em sua trajetória educacional.

Entretanto, esses auxílios contribuem para: reduzir a evasão escolar por motivos financeiros; melhorar o rendimento e a participação dos estudantes nas atividades pedagógicas; promover maior equidade entre os discentes, respeitando suas diferenças sociais e culturais e apoiar estudantes que enfrentam dificuldades com transporte, alimentação ou acesso a recursos básicos para estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem do tema racismo estrutural observada no corpo deste trabalho, ganha força no meio educacional, tendo em vista o potencial que ele representa na promoção de profundas reflexões que podem impactar positivamente a consciência dos indivíduos

envolvidos na pesquisa e consequentemente provocar mudanças significativas em determinada realidade.

Nesse contexto, o tema proposto precisa ser trabalhado com maior frequência no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, devido a constatação no Observatório do Ifes, (Instituto Federal do Espírito Santo) que é a plataforma que abriga as dissertações e produtos educacionais do programa de mestrado profissional, onde constatamos que existem ainda poucos trabalhos com essa abordagem antirracista. Sendo assim, é importante atentar para práticas que contribuam para o processo de desconstrução dos padrões e estigmas formados e impostos por uma sociedade que valoriza a branquitude em detrimento da raça negra.

Destarte, o Movimento Negro tornou-se protagonista nesta história de luta que envolve a inserção da população negra nos espaços educacionais que sempre foram ocupados em sua maioria por pessoas brancas. É imprescindível o reconhecimento da força transformadora do Movimento Negro e suas diversas expressões ao longo da história. Esse movimento não apenas lutou por direitos e igualdade, mas também se tornou um agente crucial na educação e conscientização de indivíduos, coletivos e instituições sobre questões raciais e africanas. Desse modo, se não fosse pela perseverança e pela coragem dos ativistas e das comunidades negras, muito do que o Brasil conhece atualmente sobre a temática racial permaneceria invisibilizada. As conquistas e reflexões que hoje temos em relação à questão étnico racial, só foram possíveis graças a essa luta contínua.

Dessa forma, o Movimento Negro se destacou como um importante ator político, enfrentando desafios e superando limitações, sempre em busca de uma sociedade mais justa e inclusiva. Sua presença e resistência nos lembram da importância de continuar com suas reivindicações, afirmando a identidade e a cultura afro-brasileira, contribuindo para que essa luta se mantenha viva e relevante no cenário atual.

Palavras-chave: Racismo institucional; Movimento negro; Igualdade social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**/ São Paulo: Sueli Carneiro: PÓLEN, 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Diário Oficial da União, Brasília, 20 jul. 2010.

CAMARA, R. H. **Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações *Gerais***, *Rev. Interinst. Psicol.* [online]. 2013, vol.6, n.2, pp. 179-191. ISSN 1983-8220.

FRIGOTTO, G. **A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1129-1152, out. 2007.

GOMES, Nilma Lino, **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. 2019. 12 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado, Ibge, Rio de Janeiro, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz**. Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos.** Organizador Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar. 2021.

NUNES, S. S. **Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. Revista Psicologia USP** [online]. São Paulo, v. 17, n. 1, p. 89-98, 2006.

PIOVESAN, Flávia. **Ações Afirmativas no Brasil: Desafios e Perspectivas. Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 887-896, 2008.

SANTOS, IN dos, Silva Neta, M. de L. da, & Santos, C. da FBF (2022). **Relações Étnico-Raciais na Educação Profissional e Tecnológica: Uma Revisão Integrativa.**